

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

1ª Vice Presidência

Projeto de Gestão por Competências

Resultado dos trabalhos
desenvolvidos pela
1ª Vice-Presidência

Biênio 2017-2018

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

1ª Vice-Presidência | Gestão 2017-2018

1º Vice-Presidente **Des. Arquelau Araujo Ribas**

Juízes Auxiliares **Dr. Rodrigo Fernandes Lima Dalledone
Dra. Simone Cherem Fabrício de Mello**

Chefe de Gabinete **Maurício Cardoso Segundo**

*Coordenadora
do NUGEP* **Camila Feltrin da Silva**

Breve introdução

O Projeto de Gestão por Competências constitui iniciativa do Tribunal de Justiça do Paraná alinhada com os seus objetivos estratégicos e com as diretrizes expedidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

As justificativas elencadas pela Escola de Servidores da Justiça Estadual do Paraná (ESEJE) descrevem a gestão por competências como “(...) ferramenta avançada para viabilizar a gestão de pessoas de forma eficiente e produtiva a fim de prestar um melhor serviço para a sociedade” (Parecer 2152226 – SEI nº 0030465-23.2017.8.16.6000).

Ademais, ressalta como finalidade, “gerir o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos seus objetivos estratégicos” (Parecer 2152226 – SEI nº 0030465-23.2017.8.16.6000).

No âmbito da 1ª Vice-Presidência, por meio da manifestação 3068115 (SEI nº 0030465-23.2017.8.16.6000), o 1º Vice-Presidente elegeu a sua competência prioritária, *verbis*:

O gerenciamento dos processos submetidos à sistemática da repercussão geral e dos casos repetitivos e de incidente de assunção de competência, incluindo as atividades que impliquem no resgate do acervo sobrestado.

A partir de então, os integrantes da Chefia de Gabinete do Gabinete do 1º Vice-Presidente e Coordenação do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, com o auxílio da Assessoria de Recursos do Gabinete do Presidente, Departamento Judiciário e de Gestão Documental iniciaram discussões, análises e validação de competências e conhecimentos específicos, fluxos procedimentais, alinhadas à competência prioritária outrora fixada.

Como resultado, foram propostos módulos, os quais, no contexto do projeto, têm o condão de subsidiar futura capacitação de servidores pela ESEJE.

Não menos importante, por meio do grupo de trabalho constituído pela Chefia de Gabinete do Gabinete do 1º Vice-Presidente, Coordenação do NUGEP, Direção do Departamento Judiciário e da Assessoria de Recursos do Gabinete do Presidente, em atividade conduzida pela ESEJE, foram apresentadas sugestões de macrodesafios e ações relacionadas à temática dos repetitivos, as quais serão oportunamente destinadas aos integrantes da nova Cúpula Diretiva do TJPR, eleita para o biênio 2019/2020:

Macrodesafio nº 1

Desenvolvimento de ferramentas de tecnologia da informação para atender as atividades de gerenciamento dos processos submetidos à sistemática da repercussão geral, dos casos repetitivos e de incidente de assunção de competência (IAC).

Para tanto, sugere-se:

- ▶ Aprimorar o banco de dados existente;
- ▶ Aperfeiçoar o controle dos processos submetidos à sistemática da repercussão geral, dos casos repetitivos e de incidente de assunção de competência (IAC) no sistema PROJUDI;
- ▶ Desenvolver instrumentos de monitoramento (Central de Inteligência) dos casos repetitivos e demandas de massa no âmbito do Poder Judiciário do Paraná;
- ▶ Desenvolver ferramentas de Inteligência Artificial (IA), inclusive buscando auxílio e cooperação junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), para a identificação de matérias repetitivas e repercussão geral, previamente ao exame de admissibilidade recursal realizado por esta Corte de Justiça;

▶ Digitalizar o acervo de recursos físicos destinados aos Tribunais Superiores segundo as prioridades elencadas pelo 1º Vice-Presidente/Supervisor Geral do NUGEP.

Macrodesafio nº 2

Capacitação de servidores para o reconhecimento dos processos e recursos submetidos à sistemática da repercussão geral, dos casos repetitivos e de incidente de assunção de competência (IAC) para a adoção de procedimentos necessários à atividade.

Para tanto, sugere-se capacitar servidores.

Por fim, segue a conclusão do trabalho realizado, com identificação das competências e conhecimentos específicos e sugestões de módulos de capacitação:

Competências e conhecimentos específicos

1. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR

Competências

Conhecimentos

Operar sistemas

Processo Judicial Digital (PROJUDI) – perfil Assessor de Juiz da Recursal
 Processo Judicial Digital (PROJUDI) – perfil Analista
 Sistema JUDWIN
 Projeto Judicial Eletrônico (PJe)
 Sistema Eletrônico de Informações (SEI)
 Sistema Mensageiro

Redigir parecer com clareza, precisão, concisão e correção

Português jurídico e linguagem forense
 Teoria Geral do Parecer (conceito, espécies, análise e responsabilidades)
 Estrutura formal do parecer
 A atividade de argumentação
 Peças práticas

Interpretar despachos e decisões

Hermenêutica jurídica - Teoria Geral
 A estrutura formal do despacho
 A estrutura formal das decisões
 A jurisprudência dos Tribunais Superiores
 A jurisprudência do Tribunal de Justiça do Paraná

Elaborar minutas de despachos e decisões com clareza, precisão, concisão e correção

Português jurídico e linguagem forense
 Dos atos processuais em geral
 Dos atos em espécie: despachos e decisões judiciais
 A estrutura formal do despacho
 A estrutura formal das decisões
 A atividade de argumentação
 A utilização da jurisprudência pátria como instrumento de fundamentação
 Peças práticas

Aplicar a legislação e atos específicos relacionados ao IRDR

Introdução à aplicação das normas jurídicas
 Aplicação das normas jurídicas segundo a LINDB
 Teoria e prática do precedente judicial
 Julgamento de casos repetitivos
 O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)
 O IRDR no Código de Processo Civil de 2015
 O IRDR no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Paraná
 Atos expedidos no âmbito do Tribunal de Justiça sobre IRDR

2. Resgates de Recursos e Processos Sobrestados

Competências	Conhecimentos
Interpretar a decisão com trânsito em julgado (tese repetitiva definitiva)	Jurídico. Legislação processual vigente e normas correlatas. Especificamente arts. 976 a 988, e arts. 1.036 a 1.041, do Código de Processo Civil de 2015.
Monitorar os temas afetados	Página dos Repetitivos (STJ) e da Repercussão Geral (STF), sistema push, página do NUGEP e consulta processual.
Operar sistemas	Extração de relatórios nos sistemas computacionais PROJUDI e JUDWIN, criação e movimentação de procedimento administrativo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), movimentação dos processos nos sistemas PROJUDI e JUDWIN.
Elaborar planilhas	Ferramentas básicas do aplicativo Excel
Compilar dados extraídos de relatórios	Extração e interpretação de relatórios extraídos dos sistemas, ferramentas básicas do aplicativo Excel.
Aplicar e atualizar-se permanentemente quanto a legislação, normas e atos sobre a matéria	Jurídico. Legislação processual vigente e normas correlatas (Portaria nº 01/2018). Especificamente arts. 976 a 988, e arts. 1.036 a 1.041, do Código de Processo Civil de 2015.
Elaborar e analisar plano de resgate	Gestão de pessoas e de trabalho.
Aplicar o fluxo do processo segundo o Regimento Interno	Normas do Regimento Interno aplicáveis aos repetitivos.
Analisar Recursos	Jurídico. Legislação processual vigente e normas correlatas (Portaria nº 01/2018). Especificamente arts. 976 a 988, e arts. 1.036 a 1.041, do CPC.
Gerenciar o acervo de sobrestados	Extração de relatórios do sistema, adequada inserção de informações no sistema, consulta processual.
Indexar peças processuais	Direito processual. e-STJ, e-STF e PROJUDI.

3. Afetação com determinação de suspensão

Competências

Interpretar decisões encaminhadas pelos Tribunais Superiores

Operar sistemas

Conhecimentos

Jurídico. Legislação processual vigente e normas correlatas. Especificamente arts. 976 a 988, e arts. 1.036 a 1.041, do Código de Processo Civil de 2015.

Cadastro de temas e precedentes, adequada vinculação dos feitos ao tema afetado, consulta à página dos repetitivos, da repercussão geral e do NUGEP.

4. Suspensão de processos no sistema PROJUDI

Competências

Redação de despachos objetivos e claros, com indicação expressa do tema e do recurso paradigma

Interpretar os dados do despacho e registrar nos sistemas computacionais

Conhecimentos

Legislação vigente, doutrina e jurisprudência. Consulta à página dos repetitivos, da repercussão geral e do NUGEP.

Legislação vigente, consulta à página dos repetitivos, da repercussão geral e do NUGEP, adequada inserção de informações no sistema, consulta processual.

Módulos de capacitação sugeridos

Referentes às competências/conhecimentos específicos listados no item 1

1. Na área de tecnologia da informação:

Módulo: Processo Judicial Digital (PROJUDI) – perfil Assessor de Juiz da Recursal.

Público alvo: servidores lotados nos gabinetes de Desembargadores, no Gabinete do 1º Vice-Presidente e NUGEP.

Módulo: Processo Judicial Digital (PROJUDI) – perfil Analista.

Público alvo: servidores lotados no Departamento Judiciário e de Gestão Documental.

Módulo: Sistema JUDWIN

Público alvo: servidores lotados nos gabinetes de Desembargadores, Gabinete do 1º Vice-Presidente, Departamento Judiciário e de Gestão Documental.

Módulo: Processo Judicial Eletrônico (PJe)

Público alvo: servidores lotados nos gabinetes de Desembargadores, Gabinete do 1º Vice-Presidente, Departamento Judiciário e de Gestão Documental.

Módulo: Sistema Eletrônico de Informações (SEI!)

Público alvo: servidores em geral

Módulo: Sistema Mensageiro

Público alvo: servidores em geral

2. Na área jurídica:

Módulo: português jurídico e linguagem forense

Público alvo: servidores em geral

Módulo: Interpretação, vigência e aplicação de normas jurídicas

Público alvo: servidores lotados no Gabinete do 1º Vice-Presidente e NUGEP.

Módulo: Conhecendo a jurisprudência dos Tribunais Superiores e TJPR: utilização como instrumento de fundamentação e ferramentas de pesquisa

Público alvo: servidores lotados no Gabinete do 1º Vice-Presidente e NUGEP.

Módulo: o parecer jurídico – teoria e prática

Público alvo: servidores lotados no NUGEP.

Módulo: despachos – teoria e prática

Público alvo: servidores lotados no Gabinete do 1º Vice-Presidente, NUGEP e Departamento Judiciário.

Módulo: decisões – teoria e prática

Público alvo: servidores lotados no Gabinete do 1º Vice-Presidente, NUGEP e Departamento Judiciário.

Módulo: teoria do precedente judicial

Público alvo: servidores lotados servidores lotados no Gabinete do 1º Vice-Presidente e NUGEP.

Módulo: o IRDR – teoria e prática

Público alvo: servidores lotados servidores lotados no Gabinete do 1º Vice-Presidente e NUGEP.

Módulo: o IRDR no âmbito do TJPR

Público alvo: servidores lotados no Gabinete do 1º Vice-Presidente, NUGEP, Departamento Judiciário e de Gestão Documental

Referentes às competências/conhecimentos específicos listados nos itens 2, 3 e 4

Módulo: casos repetitivos no Código de Processo Civil de 2015 (art. 928, arts. 976 a 988, arts. 1.036 a 1.041, do Código de Processo Civil de 2015, à luz da jurisprudência e doutrina. Análise de casos.).

Público alvo: servidores lotados nos Gabinetes de Desembargadores e Juízes/Chefes de Secretaria

Módulo: Temas Repetitivos, de Repercussão Geral e de Incidente de Assunção de Competência – Consulta e acompanhamento de páginas, operação de sistemas e outras ferramentas.

Público alvo: servidores lotados nos Gabinetes de Desembargadores e Juízes/Chefes de Secretaria

Módulo: suspensão de feitos no PROJUDI e JUDWIN – Operação dos sistemas. Redação e interpretação de despachos de sobrestamento.

Público alvo: servidores lotados nos Gabinetes de Desembargadores e Juízes/Chefes de Secretaria

Módulo: Conhecimentos básicos em Excel

Público alvo: servidores lotados nos Gabinetes de Desembargadores e Juízes/Chefes de Secretaria

Módulo: indexação de processos – PROJUDI, e-STJ e e-STF.

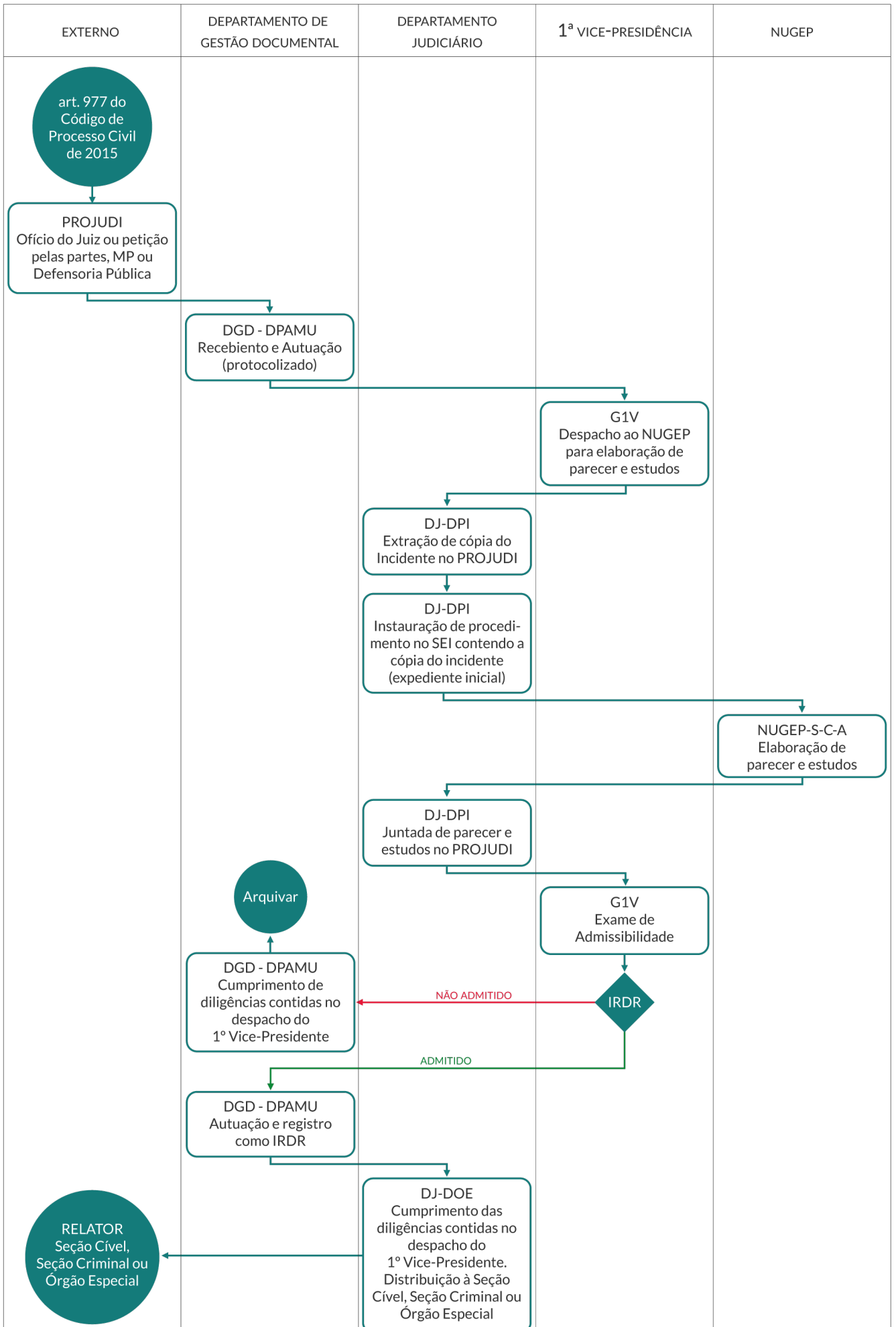
Público alvo: Centro de Digitalização, Departamento Judiciário, Secretarias do 1º Grau, Gabinete da 1ª Vice-Presidência e outros setores envolvidos com a digitalização de processos.

Módulo: oficina de elaboração e análise de planos de resgate.

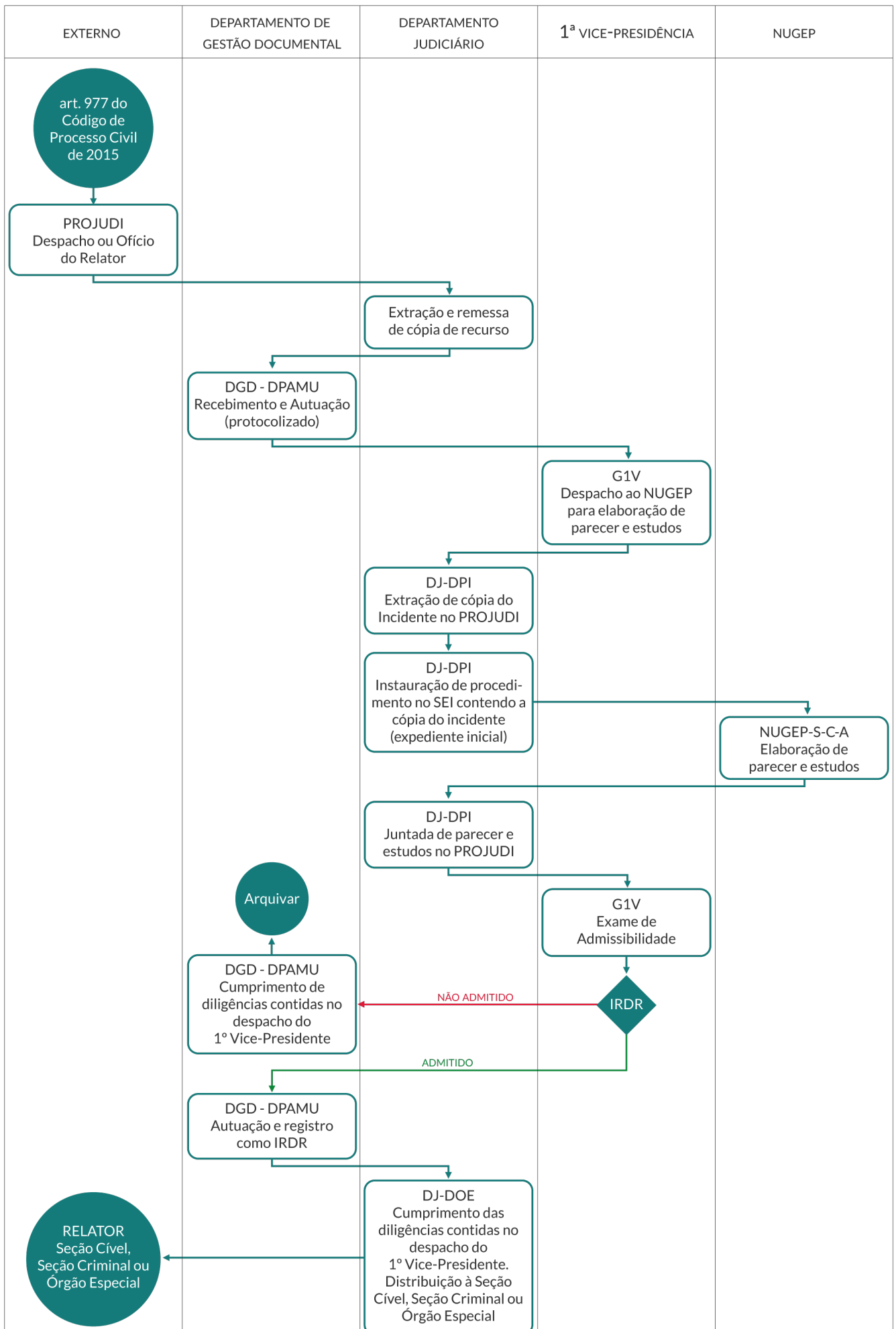
Público alvo: servidores lotados nos Gabinetes de Desembargadores e Juízes/Chefes de Secretaria

Anexos

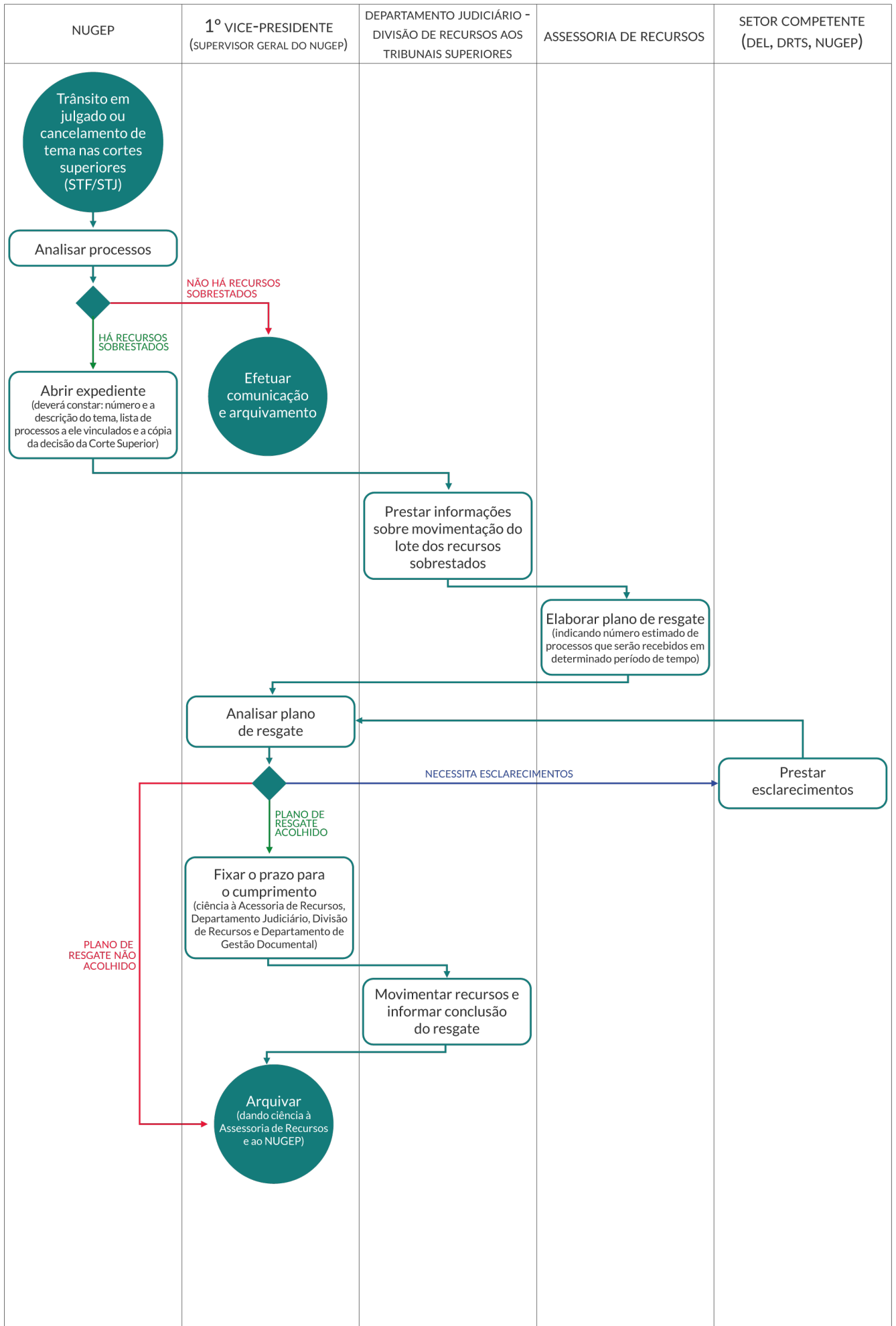
Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - PROJUDI versão 1



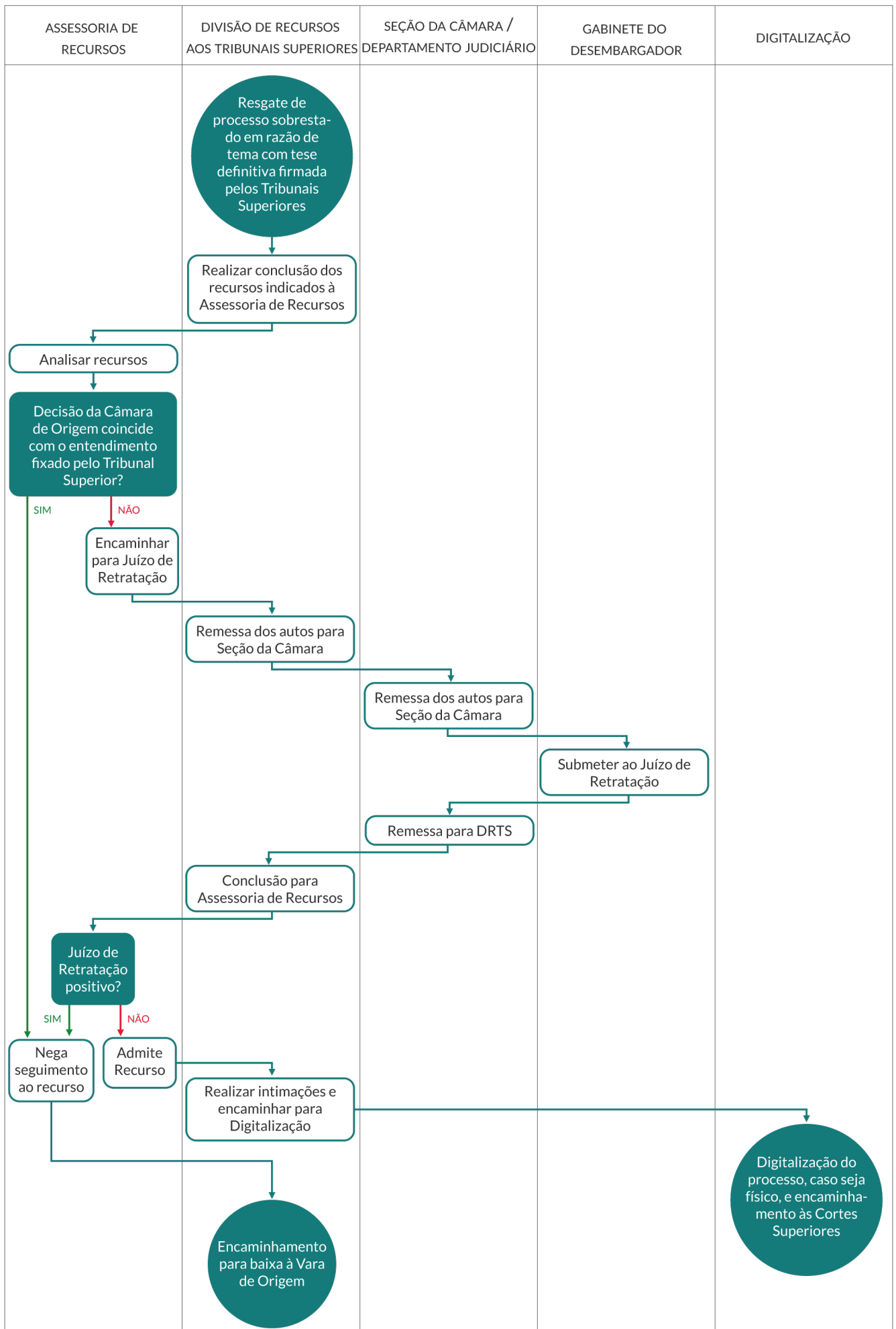
Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - PROJUDI versão 2



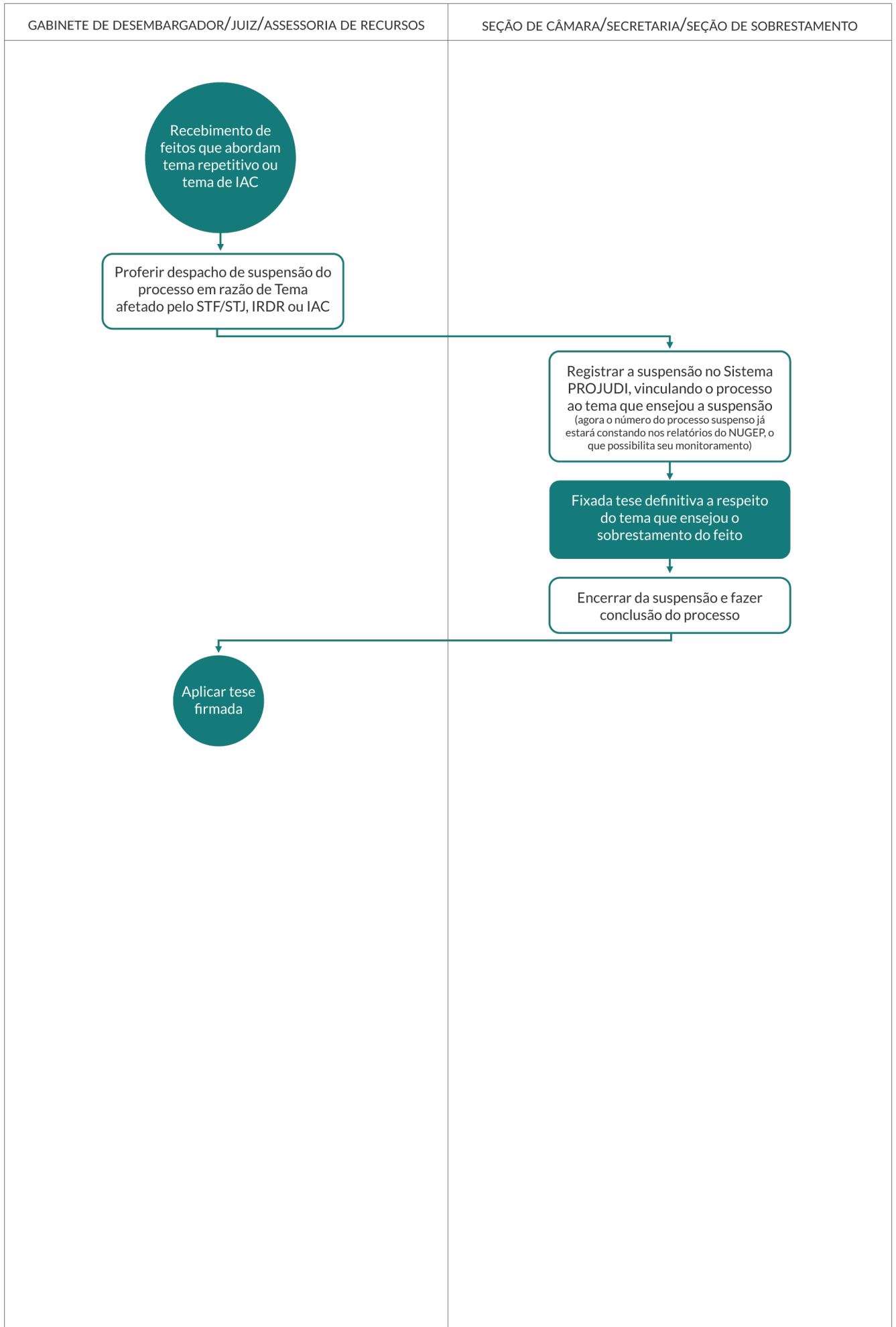
Resgate de Recursos aos Tribunais Superiores sobrestados 1



Resgate de Recursos aos Tribunais Superiores sobrestados 2



Afetação com Suspensão Nacional determinada



Suspensão dos processos no sistema PROJUDI

